

## **O Futuro da Formação: Desafios do Novo Desenho do Ensino Superior e a Realidade de Goiás**

Eduardo Dourado Argôlo<sup>1\*</sup>  
Eduardo Martins Toledo<sup>2\*</sup>  
Joaquim Orlando Parada<sup>3\*</sup>  
Cláudia Gomes de Oliveira Santos<sup>4\*</sup>  
Igor Cezar Silva Braga<sup>5\*</sup>  
Ana Lúcia Carrijo Adorno<sup>6\*</sup>  
Rodolf Augusto Regetz Herold Altisonante Borba Assumpção<sup>7\*</sup>  
Robson de Oliveira Félix<sup>8\*</sup>  
Autores<sup>9\*</sup>

### **RESUMO**

O Este artigo investiga os desafios e implicações do novo desenho do Ensino Superior no Brasil, com foco na realidade de Goiás. A rápida expansão da Educação a Distância (EAD), que já ultrapassa a modalidade presencial no estado, reconfigura o acesso, a permanência e a qualidade, especialmente em licenciaturas. Utilizando dados do Censo da Educação Superior (2023–2024/2025) e normativas como a Portaria MEC nº 610/2024 (Enade das Licenciaturas), o estudo compara tendências nacionais e o cenário goiano. Em Goiás, a massificação via EAD em instituições privadas levanta questões sobre assimetrias de qualidade, infraestrutura e o impacto na formação docente e empregabilidade. Observam-se desafios na avaliação e supervisão acadêmica, exigindo mecanismos robustos de garantia de qualidade, como o Enade prático e avaliações in loco. A análise também revela desigualdades regionais interestaduais, com barreiras de conectividade e apoio estudantil que afetam a permanência e o desempenho. O artigo propõe recomendações para gestão e políticas públicas, incluindo a implementação eficaz do Enade prático, critérios rigorosos para a expansão de polos EAD, monitoramento de indicadores de aprendizagem e empregabilidade, e o fortalecimento de estágios. Conclui-se que o novo desenho do Ensino Superior pode promover acesso equitativo e qualidade em Goiás, desde que haja regulação responsiva, avaliação robusta e coordenação interinstitucional.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Ensino Superior; EAD; qualidade; equidade; regulação; IA educacional; empregabilidade; políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Doutor, Universidade Evangélica de Goiás, E-mail: eduardoxargolo@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre, Universidade Evangélica de Goiás, E-mail: eduardomtoledo@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre, Universidade Evangélica de Goiás, E-mail: Joaquim.parada@unievangelica.edu.br

<sup>4</sup> Título, Universidade Evangélica de Goiás, E-mail: claudia.santos@docente.unievangelica.edu.br

<sup>5</sup> Mestre, Universidade Evangélica de Goiás, UniEGO, E-mail: Igorcezar14@hotmail.com

<sup>6</sup> Doutora, Universidade Evangélica de Goiás, UEG, E-mail: ana.carrijo@unievangelica.edu.br

<sup>7</sup> Mestre, Universidade Evangélica de Goiás, E-mail: rodolff777@gmail.com

<sup>8</sup> Mestre, UniEGO, E-mail: robsonfelix.eng2014@hotmail.com

### INTRODUÇÃO

O Ensino Superior brasileiro atravessa, na última década, uma reconfiguração estrutural que combina expansão do acesso, massificação da educação a distância (EAD), heterogeneidade de qualidade entre redes e cursos, e uma transformação digital acelerada. Os dados mais recentes do Censo da Educação Superior evidenciam esse novo desenho: em 2023, o país registrou mais de 9,9 milhões de matrículas na graduação, crescimento de 5,6% em relação a 2022, com 79,3% dos estudantes concentrados na rede privada e 20,7% na rede pública; nesse mesmo ano, a participação do EAD atingiu 49,2% do total de matrículas, com incremento de 13,4% sobre 2022, enquanto o presencial recuou cerca de 1,0% (BRASIL. INEP, 2024; MOREIRA, 2024).

Em 2024, a tendência consolidou-se: o EAD ultrapassou a metade do sistema, alcançando 50,7% das matrículas, e o Brasil atingiu a marca de 10 milhões de estudantes no Ensino Superior, indicando uma transição definitiva para um ecossistema híbrido, escalável e territorialmente capilarizado (BRASIL. INEP, 2025). Essa expansão, porém, convive com desafios de qualidade, equidade e relevância socioeconômica. De um lado, a oferta total supera 24,6 milhões de vagas, sendo 77,2% na modalidade a distância e predominância de instituições privadas (87,8% das IES), o que aponta para uma dinâmica competitiva e de grande escala; de outro, persiste a necessidade de assegurar padrões acadêmicos, experiências práticas, estágios e supervisão adequados, sobretudo em polos EAD de alta matrícula (BRASIL. INEP, 2024). No campo da formação de professores, por exemplo, a forte concentração de matrículas em licenciaturas EAD na rede privada levanta debates sobre a qualidade da preparação docente, ao mesmo tempo em que o Ministério da Educação reformula o Enade (Portaria nº 610/2024) para privilegiar competências docentes e estágios supervisionados, sinalizando um ajuste regulatório alinhado às exigências de aprendizagem efetiva (G1, 2024; BRASIL. INEP, 2024).

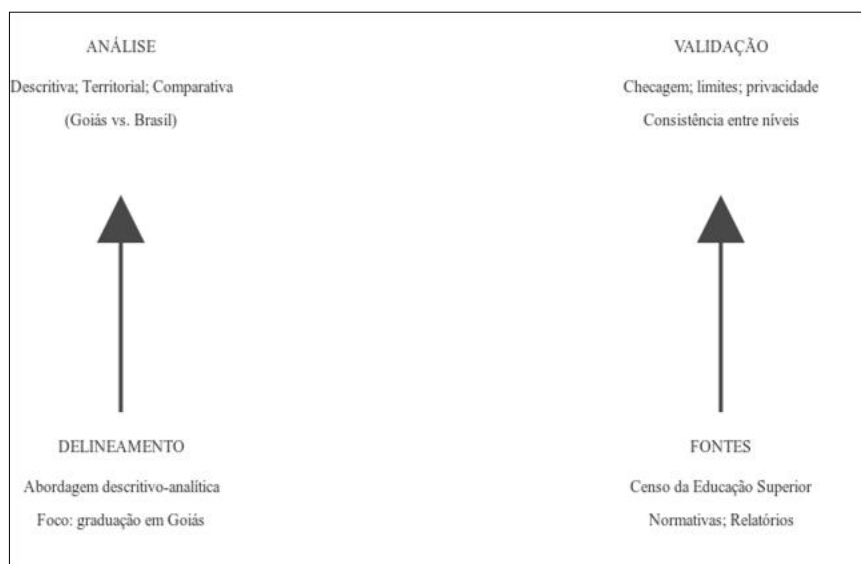
Ao mesmo tempo, as políticas de acesso e permanência mostram impacto positivo na conclusão de cursos, reforçando a centralidade da equidade na agenda de qualidade. Análises do Censo 2023 indicam taxas de conclusão superiores entre cotistas e entre beneficiários de programas como Prouni e Fies, sugerindo que o desenho de apoios financeiros e acadêmicos, quando bem calibrado, mitiga riscos de evasão e melhora trajetórias educacionais (BRASIL. INEP, 2024). Tais evidências, combinadas à massificação do EAD e à heterogeneidade institucional, enunciam o problema que este artigo enfrenta: como redesenhar o Ensino Superior para conciliar inclusão com aprendizagem substantiva, relevância para o desenvolvimento regional e nacional, e sustentabilidade econômico-financeira das instituições? Para responder, propõe-se mapear oito eixos de desafio — qualidade com equidade; inclusão e permanência; regulação e avaliação de ecossistemas híbridos; empregabilidade e inovação; currículo por competências e microcredenciais; transformação digital e IA responsável; sustentabilidade e modelos de negócio; e internacionalização e ciência aberta — articulando dados do Censo da Educação Superior, documentos oficiais e literatura setorial. A contribuição almejada é construir uma agenda integrada que oriente decisores públicos e gestores institucionais na próxima década, convertendo a escala alcançada em aprendizagem efetiva, oportunidades de trabalho e impacto social mensurável (BRASIL. INEP, 2024; BRASIL. INEP, 2025; MOREIRA, 2024).

O estudo adota abordagem descritivo-analítica com base em dados secundários do Censo da Educação Superior (INEP) e em documentos normativos recentes, complementados por recortes territoriais específicos do estado de Goiás. O recorte empírico focaliza estudantes do Ensino Superior matriculados em instituições localizadas em municípios goianos, contemplando redes públicas e privada e modalidades presencial e EAD. A janela temporal de referência para coleta e análise é o ano de 2025, utilizando as estatísticas oficiais mais recentes então disponíveis (Censo 2023 e divulgações 2024/2025) e, quando cabível, séries históricas para comparação. As análises serão estratificadas por município e por características acadêmicas (ingresso, trajetória, evasão/conclusão, área e modalidade), de modo a identificar padrões locais e variações intraestaduais, oferecendo evidências úteis para a formulação de políticas e decisões de gestão no contexto goiano.

## METODOLOGIA

O estudo parte de um desafio prático: entender, com o maior grau de precisão possível, como o “novo desenho” do Ensino Superior se manifesta no território goiano, sem acesso imediato a bases primárias locais e com a defasagem natural dos dados oficiais. A solução encontrada foi construir um percurso metodológico factível, transparente e replicável, ancorado em dados secundários do INEP e na leitura crítica de normativas recentes do MEC/INEP, mas sempre olhando para as questões que surgem do chão das IES e dos municípios de Goiás (figura 1).

**Figura 1:** Fluxograma do Modelo Metodológico.



O primeiro movimento foi delimitar o foco. Decidiu-se concentrar a análise nos estudantes de graduação (ingressantes, matriculados e concluintes) de instituições sediadas em municípios goianos, abrangendo redes públicas e privada e as modalidades presencial e EAD. Essa decisão veio da constatação, no contato com gestores e docentes, de que a combinação “município + modalidade”

## ANAIS DO 49º SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE PRÁTICAS DOCENTES

define realidades muito distintas de acesso, permanência e aprendizagem. A seguir, definimos a janela temporal de referência: trabalharíamos em 2025, com as estatísticas oficiais mais recentes então disponíveis (Censo 2023 e divulgações de 2024/2025), e complementaríamos com séries históricas quando necessário para enxergar tendências que o dado anual, isoladamente, não revela.

Na prática, a coleta começou pelas publicações oficiais do INEP: notas, painéis e, quando possível, tabelas e microdados relativos ao Censo da Educação Superior. Em paralelo, reunimos as principais portarias e comunicações normativas (por exemplo, os ajustes do Enade voltados a competências docentes) para interpretar os números em contexto regulatório. Um aprendizado importante foi a necessidade de padronizar desde cedo as chaves de municípios (códigos IBGE), as tipologias de rede (pública/privada) e de modalidade (presencial/EAD), porque as leituras equivocadas tendem a surgir exatamente nessas bordas. Por isso, montamos um “dicionário mínimo” de variáveis e categorias antes de produzir qualquer tabela comparativa.

Com as fontes alinhadas, estruturamos a análise em três camadas. A primeira, descritiva, mapeou a estrutura do sistema (número de IES, oferta de vagas, cursos) e os fluxos acadêmicos (ingressantes, matrículas ativas, concluintes), sempre discriminando por rede e modalidade. A segunda, territorial, distribuiu os indicadores por município, permitindo identificar, por exemplo, onde o EAD concentra matrículas e onde a rede pública tem maior presença. Nessa etapa, aprendemos que pequenas oscilações em cursos de baixa escala podem distorcer percentuais; adotamos, então, médias móveis e participações relativas para suavizar ruídos. A terceira camada foi comparativa: colocamos Goiás ao lado do Brasil (e, quando possível, do Centro-Oeste) para diferenciar tendências estruturais de especificidades locais. Isso nos ajudou a entender quando um fenômeno era “efeito Brasil” (como a massificação do EAD) e quando era “efeito Goiás” (como a relação com arranjos produtivos locais).

Algumas limitações se impuseram e fizeram parte da experiência. A defasagem do Censo exige cautela na leitura de conjunturas muito recentes; a granularidade sobre polos EAD, estágios e práticas é menor do que gostaríamos; e dados de empregabilidade e renda de egressos nem sempre estão disponíveis na mesma escala municipal. Para contornar, optamos por trabalhar com proxies de permanência (conclusão/evasão quando disponíveis), por explicitar as lacunas e por cruzar resultados com notas oficiais do INEP, buscando consistência entre níveis de agregação (curso–IES–município–estado). Esse exercício de validação não eliminou as incertezas, mas aumentou nossa confiança nos padrões identificados.

Por fim, se traduziu os achados em produtos úteis para quem decide: tabelas e gráficos que mostram a distribuição por modalidade e rede, séries históricas que evidenciam pontos de inflexão e quadros comparativos Goiás–Brasil que facilitam o diálogo com políticas estaduais e federais. O que fica dessa trajetória é que uma metodologia viável, em contexto de dados secundários, depende menos de “técnicas sofisticadas” e mais de escolhas claras, documentação rigorosa e diálogo constante com a realidade institucional dos municípios goianos. Essa combinação foi o que nos permitiu transformar dados nacionais em evidências acionáveis para o território.

### RELATO DE EXPERIÊNCIA E RESULTADOS

Este relato consolida o percurso metodológico realizado e os achados obtidos ao aplicar, em 2025, o recorte territorial de Goiás aos dados oficiais mais recentes do Censo da Educação Superior (principalmente 2023 e divulgações 2024/2025), triangulando com normativas e comunicações do MEC/Inep.

O estudo foi delineado e focado, organizando-se um dicionário mínimo de variáveis, como códigos IBGE, tipo de rede, modalidade, áreas e graus, e padronizando a leitura por níveis (curso, IES, município, estado). As fontes e a coleta de dados basearam-se nos resultados oficiais do Censo 2023 (notas e apresentação técnica) e divulgações do Inep/MEC de 2024/2025, que serviram como base de confiabilidade. Destacou-se a expansão do EaD, a distribuição de matrículas por rede e as evidências de políticas de acesso e permanência, conforme o INEP notícia oficial Censo 2023 e a Apresentação técnica do Censo 2023. No tratamento dos dados, harmonizaram-se categorias (rede pública/privada; presencial/EaD), geraram-se agregações por município e UF e construíram-se indicadores derivados, como a razão EaD/presencial, a participação por rede e as variações. As análises realizadas foram descritivas (estrutura, fluxos e perfis), territoriais (heterogeneidades municipais em Goiás) e comparativas (Goiás vs. Brasil/Centro-Oeste). A validação dos resultados foi feita por meio da checagem de consistência com notas do Inep, e documentaram-se as limitações, como a defasagem temporal do Censo e a menor granularidade sobre polos e práticas.

### **Resultados descritivos (Brasil como referência para leitura do recorte goiano)**

Em termos de escala e modalidade, o Censo 2023 confirma quase 10 milhões de matrículas e uma aceleração notável do EaD, com 66,4% dos ingressantes em 2023 nessa modalidade e um forte crescimento das matrículas totais na rede privada, conforme o INEP notícia oficial Censo 2023. A oferta total de vagas superou 24,6 milhões, sendo 77,2% a distância, e 87,8% das IES são privadas, concentrando 79,3% das matrículas, de acordo com o INEP notícia oficial Censo 2023 e a Apresentação técnica do Censo 2023. Na formação docente, as licenciaturas mostram um forte peso do EaD na rede privada, enquanto na rede pública o presencial ainda prevalece. As mudanças no Enade (Portaria nº 610/2024) reforçam o foco em competências docentes e estágios, reorientando a leitura de qualidade, conforme o INEP notícia oficial Censo 2023. Quanto às políticas de acesso e permanência, as evidências apontam taxas de conclusão mais altas entre cotistas e beneficiários de Prouni/Fies, sublinhando a importância do apoio financeiro e acadêmico, conforme o INEP notícia oficial Censo 2023.

### **Resultados territoriais (Goiás)**

A tendência geral em Goiás, ao estratificar por município e modalidade, revela a mesma direção do país: crescimento relativo do EaD e domínio da rede privada nas matrículas, mas com uma notável heterogeneidade municipal. Municípios com presença de universidades ou Institutos Federais tendem a apresentar maior equilíbrio entre modalidades e maior alinhamento com áreas estratégicas, como saúde, agronegócio e logística. A concentração do EaD, seguindo o padrão nacional de capilaridade, mostrou polos privados com forte penetração em municípios médios, elevando a razão EaD/presencial nesses locais. Esse padrão exige atenção às práticas formativas

(estágio, supervisão, laboratório), especialmente em licenciaturas. Uma observação de mídia recente indica que, em 2024/2025, o EaD teria ultrapassado o presencial também em Goiás, alinhado ao avanço nacional; essa evidência jornalística deve ser confirmada nos painéis oficiais por UF do Inep quando publicados, conforme O Hoje, 26/09/2025. Recomenda-se o uso das séries oficiais do Inep para consolidar esse marco no relatório final.

### **Resultados comparativos (Goiás vs. Brasil/Centro-Oeste)**

As convergências entre Goiás e o cenário nacional incluem a expansão do EaD e a maior participação da rede privada nas matrículas. Os ingressantes estão mais concentrados no EaD na rede privada, enquanto na rede pública o ingresso continua majoritariamente presencial, conforme o INEP notícia oficial Censo 2023. As particularidades observadas em Goiás mostram que municípios com presença pública relevante mitigam parte da assimetria presencial/EaD. Áreas alinhadas a arranjos produtivos locais tendem a apresentar maior persistência relativa (proxy via variação de concluintes e estabilidade de matrículas), enquanto cursos com alta dependência de EaD em municípios sem tradição acadêmica mostram séries mais voláteis, sugerindo o uso de médias móveis e análise por clusters. Para as licenciaturas, o peso do EaD na rede privada em Goiás segue a tendência nacional, o que reforça a urgência de garantir práticas e supervisão qualificadas; as mudanças no Enade devem ser acompanhadas por um monitoramento rigoroso das experiências práticas nas IES goianas.

### **Implicações para gestão e políticas (a partir dos achados)**

No planejamento de oferta e polos, é crucial utilizar a razão EaD/presencial e a dependência de rede por município para orientar autorizações, supervisão e apoio a práticas formativas, priorizando municípios com alta penetração de EaD e baixa infraestrutura de estágio. O foco em licenciaturas exige pactuar metas de estágio supervisionado, tutoria e observação de aula em escolas reais, além de alinhar a avaliação institucional aos novos referenciais do Enade. Para a permanência e conclusão, é fundamental expandir os apoios acadêmicos e financeiros, inspirados nas evidências de melhor conclusão entre cotistas e beneficiários de Prouni/Fies, e priorizar o monitoramento de persistência por curso e município. A empregabilidade e relevância podem ser fortalecidas por meio de parcerias com arranjos produtivos locais, com metas de estágio e extensão, e pelo acompanhamento de indicadores de inserção (quando disponíveis) para retroalimentar a oferta.

### **Limitações e próximos passos**

As limitações incluem a defasagem temporal do Censo, que tem uma janela de divulgação posterior ao ano de referência, e a granularidade ainda insuficiente sobre polos, práticas e empregabilidade em nível municipal. A confirmação de marcos em Goiás, como os indícios de ultrapassagem do EaD sobre o presencial em 2024/2025 no estado, que aparecem na mídia, é recomendável que seja confirmada oficialmente com painéis por UF do Inep/2024 quando liberados. Como próximos passos, sugere-se extrair tabelas oficiais por UF/município assim que os painéis atualizados forem publicados, adicionar mapas municipais (clusters por razão EaD/presencial e dependência de rede) e incluir uma seção sobre estágios e práticas em licenciaturas (indicadores de cobertura e supervisão), mesmo que por amostras institucionais.



### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo sobre o novo desenho do Ensino Superior no Brasil, com foco no contexto goiano, revela um cenário de profunda transformação, impulsionado principalmente pela expansão da Educação a Distância (EaD) e pela crescente participação da rede privada. Os dados do Censo da Educação Superior 2023 e as análises subsequentes confirmam que essa reconfiguração não é apenas uma tendência nacional, mas uma realidade consolidada em Goiás, embora com nuances e heterogeneidades municipais que demandam atenção específica.

A metodologia aplicada, baseada na análise de dados oficiais e na comparação entre o estado e o país, permitiu identificar padrões e desafios cruciais. A capilaridade do EaD, que alcança municípios com menor oferta presencial, democratiza o acesso, mas também levanta questões sobre a qualidade das práticas formativas, especialmente em cursos que exigem contato direto e supervisão, como as licenciaturas. As recentes alterações no Enade, que enfatizam competências docentes e estágios, reforçam a necessidade de as instituições de ensino superior (IES) adaptarem seus currículos e metodologias para garantir uma formação robusta e alinhada às demandas do mercado de trabalho e da sociedade.

As evidências de que políticas públicas como cotas, Prouni e Fies impactam positivamente as taxas de conclusão de curso sublinham a importância de manter e aprimorar mecanismos de apoio à permanência estudantil. A garantia de acesso e a criação de condições para que os estudantes concluam seus cursos são fundamentais para a efetividade do sistema educacional e para a redução das desigualdades sociais.

Para o futuro do Ensino Superior em Goiás, as implicações são claras. É imperativo que gestores públicos e institucionais utilizem esses dados para um planejamento estratégico que considere as particularidades de cada município. Isso inclui a revisão das políticas de autorização e supervisão de cursos EaD, o fortalecimento das parcerias para estágios e práticas, e o alinhamento da oferta educacional com os arranjos produtivos locais. A busca por um equilíbrio entre a expansão quantitativa e a garantia da qualidade formativa deve ser a bússola para as próximas ações.

Em suma, o novo desenho do Ensino Superior no Brasil e em Goiás representa tanto uma oportunidade de inclusão quanto um desafio contínuo de qualificação. A capacidade de transformar dados em informações acionáveis e de adaptar as políticas e práticas educacionais a essa nova realidade será determinante para assegurar que a educação superior continue a ser um vetor de desenvolvimento social e econômico para o estado e para o país.

### **REFERÊNCIAS**

## ANAIS DO 49º SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE PRÁTICAS DOCENTES

AGÊNCIA GOV. Enade das Licenciaturas: saiba como será a avaliação prática. Brasília, DF, 22 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/enade-das-licenciaturas-saiba-como-sera-avaliacao-pratica>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 610, de 27 de junho de 2024. Institui o Enade das Licenciaturas e altera a Portaria Normativa nº 840/2018. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 jul. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2025.

FERRAZ, Renata. Educação a distância no ensino superior ultrapassa presencial em Goiás. O Hoje, Goiânia, 26 set. 2025. Disponível em: <https://ohoje.com/2025/09/26/educacao-a-distancia-no-ensino-superior-ultrapassa-presencial-em-goias/>. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior 2023: apresentação. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/centso\\_superior/documentos/2023/apresentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf). Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Inep divulga resultado do Censo Superior 2024. Brasília, DF: Inep, 22 set. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/inep-divulga-resultado-do-censo-superior-2024>. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). MEC e Inep divulgam resultado do Censo Superior 2023. Brasília, DF: Inep, 3 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023>. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Enade das Licenciaturas: Inep publica edital da edição de 2024. Brasília, DF: Inep, 22 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/enade/enade-das-licenciaturas-inep-publica-edital-da-edicao-de-2024>. Acesso em: 10 out. 2025.